

DIALOGO ENTRE SABERES: A RELAÇÃO ENTRE O CURRÍCULO CRÍTICO E A INTERCULTURALIDADE

Luciane Rocha Paes; Kellyane Lisboa Ramos; Neila Gonçalves Vinente; Elizia Celestino Peres; Eulina Maria Leite Nogueira.

Universidade Federal do Amazonas- lucianerochapaes23@gmail.com

Universidade Federal do Amazonas – Kellyanne.ped@gmail.com

Universidade Federal do Amazonas - neilavinente@hotmail.com

Universidade Federal do Amazonas-eliziapcel@gmail.com

Universidade Federal do Amazonas –eulinanog@hotmail.com

RESUMO: Este artigo tem como objetivo fazer uma análise crítica e reflexiva sobre os fundamentos da construção científica da teoria crítica do currículo bem como sua fundamentação teórica Marxista, logo a partir de uma visão mais crítica, dessa maneira o currículo crítico irá construir um novo pressuposto de formação integral do homem com a finalidade da emancipação da classe trabalhadora. Desse modo o currículo crítico também construirá a fundamentação que subsidiará a educação intercultural defendida como mecanismo de emancipação dos povos tradicionais indígenas. Este texto nasce para que possamos fazer uma reflexão sobre a homogeneização dos saberes e da cultura, de forma mais sistemática para discutirmos sobre qual é o principal papel da educação no contexto do sistema social que vivemos nos dias atuais? Qual são as relações de poder que permeiam o currículo e a educação? Dessa maneira é imprescindível entender que, a proposta do currículo intercultural é a reconstrução fundamental da sociedade não indígena e dos indígenas, visto que transcorre de uma imposição cultural que está presente no currículo tradicional para a ressignificação em um processo de construção e reconstrução da valorização da cultura dos povos indígenas, com uma visão histórica e crítica sobre a necessidade de se efetivar ações para a conservação e sustentação da cultura materna. O currículo intercultural crítico como caminho para a efetivação de uma perspectiva sociocultural que precisa se manter presente mesmo como relação de permanência legítima dos indígenas com os não indígenas.

Palavras-chave: Currículo Crítico, Educação, Interculturalidade.

Introdução

Este trabalho é um estudo de cunho teórico e tem como objetivo central contextualizar dialeticamente o embasamento político-ideológico do currículo crítico como pressuposto para a construção de uma nova realidade social, visto que os objetivos da educação por meio do currículo crítico é construir um projeto de emancipação política ideológica da classe trabalhadora, contraponto o sistema de alienação e condicionamento social imposto pelo sistema capitalista.

Dessa maneira nasce uma proposta para uma nova realidade social por meio de práxis educacionais dimensionadas pela interculturalidade. Dessa forma, o currículo crítico nasce a partir da dimensão política, filosófica para a emancipação como projeto político de superação do capitalismo.

O surgimento dessa idealização racional de superação da ordem capitalista nasce a partir do conjunto de pensamento científico filosófico desenvolvido por Karl Marx (1818-1883) ao longo da sua vida. É imprescindível compreender que o estudo de Marx é analítico e

crítico em consequência da nova ordem econômica e política que se estabelece a partir da revolução industrial, uma crítica profunda ao surgimento de uma nova ordem de produção em massa, bem como a implementação das distintas classes sociais que surgem em virtude do sistema capitalista.

Classes essas separadas pela ordem capitalista, logo os burgueses ou donos do (capital) das fábricas de manufatura, que são uma parcela pequena da sociedade e os proletários que são os trabalhadores, fazem parte da grande parcela da sociedade, os que possuem apenas a sua força de trabalho.

Análise e discussões sobre o percurso de idealização do Currículo Crítico

Neste tópico faremos uma breve análise teórica sobre o percurso de construção ideológica do currículo crítico. Neste contexto, Karl Marx como principal filósofo crítico do sistema capitalista da sua época, cria uma ciência concebida como método científico para analisar a sociedade que é o materialismo histórico dialético, logo, possui alguns princípios filosóficos a partir da racionalização da construção social do homem, Marx vai estudar filosoficamente o homem social a partir do materialismo histórico dialético, tendo como princípios dialéticos, tudo se relaciona tudo se transforma princípio da mudança qualitativa na unidade de luta dos contrários, dialética da natureza, dialética da história e dialética do conhecimento.

Por isso,

O desenvolvimento do modo de produção capitalista tomou rumos imprevisíveis para um analista situado, como Marx, em meados do século 19. A organização econômica e política ancoraram-se cada vez mais firmemente em níveis internacionais e, no interior de cada sociedade, esses processos adquiriram feições muito singulares, referidas à diversidade de elementos que conformaram suas experiências históricas. Tudo isso teve como resultado novas subdivisões no interior das classes sociais, como ocorre com o crescimento das chamadas “classes médias” e dos setores tecnoburocráticos. Em outros casos, consolidou a existência de antigas relações de produção, às vezes sob novas roupagens, tanto no campo como nas cidades. Em suma, formaram-se historicamente estruturas econômicas e sociais complexas, conjugando relações entre as novas classes e frações de classe típicas das sociedades capitalistas tradicionais. A crítica feita pelo marxismo à propriedade privada dos meios de produção da vida humana dirige-se, antes de tudo, às suas consequências: a exploração da classe de produtores não possuidores por parte de uma classe de proprietários, a limitação à liberdade e às potencialidades dos primeiros e a desumanização de que ambos são vítimas. Mas o domínio dos possuidores dos meios de produção não se restringe à esfera produtiva: a classe que detém o poder material numa dada sociedade é também a potência política e espiritual dominante (QUINTEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p.40).

Marx por sua vez, interpretará substancialmente a construção e a efetivação da sociedade capitalista de forma revolucionária subvertendo a ordem burguesa construída pelo sistema capitalista, e trará como principais pontos alguns eixos que irão subsidiar todo o seu estudo que fará uma crítica substancial a nova ordem estabelecida pelo capitalismo que são as forças produtivas e relações sociais de produção, a estrutura e superestrutura, as classes sociais e estrutura social, lutas de classes, economia capitalista, a transitoriedade do modo de

produção capitalista trabalho e a alienação e sociedade capitalista. Logo, o estudo de Marx irá contemplar vários campos sociais como política, econômica, filosofia, ciência, educação. É importante destacar que,

Para Marx, o homem é o conjunto de suas relações sociais. Essa visão é marcada pela harmonia entre forças produtivas e relações de produção; isto é, harmonia entre indivíduo enquanto pessoa e indivíduo enquanto membro de uma classe. Para ele, a divisão do trabalho leva à separação entre indivíduo enquanto pessoa (voltado para os interesses privados) e indivíduo enquanto membro de uma classe (voltado para os interesses coletivos). Marx defende que as forças produtivas determinam as relações sociais. Para ele, os filósofos “críticos” querem libertar pelo pensamento. Condenando a posição desses filósofos, ele diz que a libertação, a supressão do conflito entre indivíduo e sociedade, só poderá vir pela dominação do indivíduo sobre suas relações sociais. Na sociedade capitalista, é possível a alguns indivíduos viverem em liberdade, pois eles conseguem dominar as relações externas. Assim, surge uma certeza, ou seja, o proletariado como classe libertadora deve abolir a divisão do trabalho. Isso deverá ser feito através da revolução (VASCONCELOS, 2014, p.08)

Portanto, há de fato uma relação e uma dialética entre o sistema político, as relações de poder entre as classes, as estruturas sociais e a educação como finalidade a manutenção do sistema capitalista que se torna hegemônico pela ordem social que se estabelece desde sua criação até nos dias atuais, logo neste contexto é importante entendermos que o processo de escolarização das massas e a construção curricular da educação perpassam exatamente por um viés político e por isso se torna tão importante para o estado, pois o processo de escolarização das massas só passou a existir mediante a uma demanda econômica, os trabalhadores oriundos na maioria das vezes do campo precisavam aprender ler, escrever e se qualificar tecnicamente para desenvolver o trabalho dentro das fábricas de manufatura.

À vista disso, conseqüentemente,

O trabalhador é tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais cresce sua produção em potência e em volume. O trabalhador converte-se numa mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadorias produz. A desvalorização do mundo humano cresce na razão direta da valorização do mundo das coisas. O trabalho não apenas produz mercadorias, produz também a si mesmo e ao operário como mercadoria, e justamente na proporção em que produz mercadorias em geral (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA apud MARX, 2002, p.27).

Nesta mesma perspectiva, dois autores marxistas irão subsidiar seus estudos em torno da educação a partir do pensamento crítico dialético de Marx entre eles o que abordaremos a seguir que são Althusser e Bourdieu, onde falaremos sobre a educação como estrutura social de poder. Dessa maneira é por meio do processo de escolarização e reprodução dos conhecimentos técnicos que existirá um condicionamento estrutural para a manutenção da alienação política pensada pelos burgueses.

Há uma luta de classes onde a educação ou a escolarização da classe trabalhadora se torna é um instrumento de mecanização condicional do sistema capitalista. Logo, é por este fator que o espaço escolar se tornou um espaço tão discutido politicamente pelos teóricos

Marxistas, assim como o currículo que se estabelecer neste espaço, pois dentro deste espaço é produzido ações que irão refletir diretamente na sociedade como um todo.

Destaca ainda Silva (1985) sobre a análise Marxista da educação,

A problemática central da análise Marxista da educação e da escola consiste como mostra o exemplo de Althusser, em buscar estabelecer qual é ligação entre a escola e a economia, entre a educação e a produção. Uma vez que, na análise Marxista a economia e a produção estão no centro da dinâmica social. Qual é o papel da educação e da escola nesse processo? Como a escola e a educação contribuem para que a sociedade continue sendo capitalista, para que a sociedade sendo dividida entre capitalistas “proprietários dos meios de produção”, de um lado e trabalhadores “proprietários unicamente da sua capacidade de trabalho”, de outro ? Althusser nos deu, como vimos, um tipo de respostas; a escola contribui para a reprodução da sociedade capitalista ao transmitir, através das matérias escolares, as crenças que nos fazem ver os arranjos sociais existentes como bons e desejáveis (SILVA, 1985 ,p.32).

É imprescindível destacar que a educação tem uma força descomunal, tanto para a manutenção do sistema capitalista quanto para a superação do próprio sistema, visto que, é concebida dentro da luta de classes como instrumento de poder que provoca alienação quando é produzida de forma técnica apenas para a manutenção do mercado capitalista, e de maneira oposta acontece quando a educação se torna instrumento de emancipação no momento que é constituída para o desenvolvimento integral do homem a sua libertação social.

Conforme os estudos de Althusser, filósofo Marxista que irá estudar a forma com o estado se relaciona como sistema capitalista iremos analisar mais profundamente como a educação se torna mecanismo essencial para a manutenção do sistema capitalista.

Althusser classifica a educação ou esse processo de escolarização das massas estabelecida pelo sistema capitalista como aparelho ideológico do estado, visto que o estado irá condicionar o processo de educação da massa conforme seu interesse econômico, aprofundando o pensamento de Marx sobre as relações de poder que existe em torno da educação.

Diante disso é preciso deixar claro que,

Para Althusser o estado é um instrumento de reprodução das relações de produção, portanto da reprodução das condições de exploração, está garantida pela repressão direta ou indireta e pela persuasão, sendo que os aparelhos repressores atuam predominantemente pela repressão e os aparelhos ideológicos predominantemente pela persuasão. Também, é importante destacar a distinção que o autor entre o AIE escolar e a escola, ou seja, Aparelho Ideológico Escolar, como os outros aparelhos ideológicos é um *sistema* formado por instituições formado por organizações escolares e suas práticas, independentemente se públicas ou privadas. Portanto a escola enquanto instituição é um *elemento* do AIE escolar e não o próprio AIE escolar. Althusser define AIE como sistema complexo que compreende e combina várias instituições, organizações e suas respectivas práticas. Com relação ao AIE escolar, este deve ser entendido como um sistema, dentre os vários que compõe o Estado, com o objetivo de reproduzir as relações de produção, na sociedade capitalista o de reproduzir as relações de dominação capitalista, portanto reprodução de relações de exploração. A afirmação do IEA escolar e os elementos que o constitui, as instituições escolares e organizações, como instrumentos de reprodução da ideologia de Estado, enquanto ideologia dominante, pressupõe a existência de ideologias dominadas. Portanto, tanto no interior do IEA escolar quanto nas próprias escolas, estas refletem a luta de classes da sociedade, a ideologia da classe dominante luta para manter-se enquanto tal, as ideologias das classes dominadas lutam para se tornarem dominantes, hegemônicas (CASSIN, 2005, p.166).

Dessa maneira Althusser ainda faz uma reflexão pertinente sobre as estruturas, superestrutura e infraestrutura como esses eixos se relacionam para a manutenção do estado e da exploração por meio a alienação, apenas como o único fim que a sustentação do capital econômico. Dessa forma,

O que é interessante observar, como diz Althusser, é que sem as bases (infra-estrutura), não há como o cume (superestrutura) sustentar-se, o que comprova ser este dependente daquele, embora seja o último quem detém o poder sobre o Estado e a ideologia, caracterizando-se como a classe dominante. Este Estado nada mais é do que o reflexo da classe dominante. É ele um meio de repressão onde a burguesia assegura sua dominação frente à classe operária, para submetê-la ao processo da extorsão da “mais valia”, ao processo da exploração capitalista declarada. Ele (Estado) é um aparelho repressivo, repressão esta executada através de seus mais variados órgãos como polícia, tribunais, presídios, a serviço das elites frente ao proletariado, tendo por função a reprodução do modo capitalista de produção (MARQUES, 2007, p.03)

Logo, a educação escolar é para Althusser é um aparelho ideológico do estado porque produz ideologias pensadas da classe dominante para a classe dominada, também como mecanismo de sustentação do sistema econômico. O aparelho neste sentido faz parte de uma estratégia de alienação da classe trabalhadora em conformidade a um complexo de forças, dentro das relações de poder. Portanto,

Como a escola transmite a ideologia? A escola atua ideologicamente através de seu currículo, seja de uma forma mais direta, através das matérias, mais suscetíveis ao transporte de crenças explícitas sobre a desejabilidade das estruturas sociais existentes, como Estudos Sociais, História, Geografia, por exemplo; seja de uma forma mais indireta, através de disciplinas mais “técnicas”, como Ciências e Matemática. Além disso, a ideologia atua de forma discriminatória: ela inclina as pessoas das classes subordinadas à submissão e à obediência, enquanto as pessoas das classes dominantes aprendem a comandar e a controlar (SILVA, 1985, p.31-32)

A educação na perspectiva da teoria crítica é um ato político ideológico e por meio desta educação separatista se cria uma conformidade no *status quo* produzido pelo sistema capitalista que se utiliza de uma educação produtivista para uso explorador da força de trabalho da classe subalterna.

A escola, construída e pensada para a consolidação do sistema capitalista, a educação pensada para a classe trabalhadora é uma educação estratificada que condiciona o pensamento crítico, uma educação que conduz apenas e somente o homem para ser um trabalhador.

Assim com o estudo de Pierre Bourdieu e Passeron dá continuidade a análise crítica sobre o papel estrutural da educação como mantenedora de poder em consonância ao sistema capitalista. Bourdieu e Passeron escreveram um livro importantíssimo chamado *A reprodução* (1970) onde construíram uma teoria sobre o sistema pela qual a educação sistematiza que constitui dentro da sociedade capitalista, e como a estratificação separatista se fundamenta. Pois, diante do exposto é preciso destacar que,

Para os autores, a escola opera com códigos de transmissão cultural familiares apenas às classes médias, dificultando a escolarização de crianças das classes populares, mas,

principalmente, naturalizando essa cultura e escondendo seu caráter de classe. Os sistemas dos arbitrários culturais de uma determinada formação social são assim, definidos como legítimos e sua imposição é ocultada pela ideologia. Nesse sentido, a reprodução cultural opera de forma semelhante à reprodução econômica: o capital cultural das classes médias, desigualmente distribuído, favorece aqueles que o possuem e, com isso, perpetua a desigualdade dessa distribuição (LOPES; MACEDO, 2011, p. 28).

Bourdieu faz uma análise reflexiva sobre a reprodução da desigualdade constituída pela educação através da escola idealizada para a reprodução do sistema capitalista, não apenas a escola como também a Família e a Igreja, como instituições mantenedoras e reprodutoras do sistema. Com isso para Bourdieu capital cultural são os hábitos e as riquezas culturais, são saberes que são perpassados entre as pessoas no contexto social e familiar e escolar da classe dominante dentro da sociedade capitalista (SILVA, 1985). A vista disso,

Observamos, deste modo, que os autores entendem que pela transmissão da sua cultura, os grupos dominantes lutam para manter o domínio dos grupos subordinados, não deixando espaço no currículo escolar para a cultura desses grupos. Os autores ressaltam, portanto, que a reprodução cultural, trabalha na direção da exclusão. Desse modo, seriam excluídos do processo de aprendizagem os sujeitos das famílias de classes ou grupos subordinados que não conseguem entender a linguagem e os processos culturais das classes ou grupos dominantes. Para Bourdieu e Passeron, o resultado disso é o seguinte: os filhos dos grupos dominantes conseguem alcançar um grau elevado de escolarização, e os filhos dos grupos dominados se evadem da instituição escolar ou simplesmente frequentam até um nível básico da educação.

Dessa forma, entendemos que a partir desta análise crítica produzida pelos teóricos acima citados, existe uma concordância construída pela sociedade dominante onde há uma estratificação social dentro do espaço escolar a respeito do conhecimento produzido pela pessoas de classe pobre, assim como a exclusão da cultura produzida pelas pessoas de classe pobre, logo, a partir deste mecanismo de exclusão o *status quo* poderia ser mantido e a ordem social e econômica permanencia em controle dos capitalistas das classes dominantes. A escola por sua vez apenas seria um mecanismo de domínio para a reprodução social vigente.

A construção epistemológica da ciência na perspectiva da teoria crítica do currículo

A construção da teoria crítica do currículo é formada como novo paradigma educacional, visto que, essencialmente é construída por uma percepção crítica e política, esta percepção começa a se tornar ciência da educação por volta dos anos 1960, posto que foi neste período que houveram grandes mudanças no estudo sobre o currículo escolar, oriundos em parte dos movimentos sociais, uma vez que a sociedade capitalista estava em crise, e para os estudiosos há uma ligação intrínseca sobre a formação escolar dos sujeitos e o sistema econômico capitalista, portanto os autores que irão subsidiar essa teoria vão fazer uma análise crítica sobre a manutenção da luta de classe e o processo de escolarização dos sujeitos que vive neste contexto social.

Vários autores se destacam dentro dessa nova epistemologia de concepção do currículo crítico, entre eles Apple(1989) Sacristan(2000) Giroux(1997) e o Brasileiro Paulo

Freire(1985) que no Brasil tem um papel importante sobre a discussão da educação como prática de libertação, logo, em vista disso, há um elo que aproxima o discurso desses autores que embasam essa concepção epistemológica e a teoria social Marxista ou Neomarxista de pensar a sociedade, a educação, e a economia capitalista, construída a partir de uma dialética social desenvolvida por Marx.

É importante salientarmos que entre os autores citados o mais evidente dentro da perspectiva crítica do currículo é Michael Apple, que por vivência, experiência e obra se aprofunda categoricamente sobre o papel da ideologia da educação e do currículo dentro da luta de classe que existe no contexto social do sistema capitalista.

O estudo de Apple é separado em períodos, no primeiro período é basicamente construída na década de 1970 e 1980 quando ele aborda em seus estudos a sistematização da cultura e do poder. Logo em 1979 Michael Apple escreve *Ideologia e Currículo*, onde explicitará em seu estudo uma reflexão sobre Hegemonia Social e a reprodução Cultural, ele trás grandes e profundas questões sobre o que porque a educação e o currículo são feitos de uma maneira e não de outra, como as relações hegemônicas substancializam a reprodução social. Em vista disso, Apple esclarece,

Acho que estamos começando a enxergar mais claramente coisas que antes eram obscuras. A medida que aprendemos a entender a maneira pela qual a educação atua no sentido econômico de uma sociedade, reproduzindo aspectos importantes de sua desigualdade, também aprendemos a desvendar uma segunda esfera em que a escolarização opera. Não há apenas a propriedade econômica; há também a propriedade simbólica-capital cultural, que as escolas preservam e distribui. Assim podemos começar a entender mais perfeitamente como as instituições de preservação e distribuição cultural, como as escolas criam e recriam formas de consciência que permitem a manutenção do controle social sem a necessidade de os grupos dominantes terem de apelar a mecanismos abertos de dominação (APPLE,2006,p.37).

A partir desse foco que é elementar o estudo de Apple amplia a dimensão da busca de novos caminhos teóricos e práticos que irão subsidiar novas epistemologias na área da educação e do currículo para se possibilidade um novo caminho no que se diz respeito a novas alternativas para as pessoas da classe operária. Como fundamento central dos seus estudos Apple vai na essência do mecanismo do processo de escolarização e esclarece a clara ligação que a escola tem para o funcionalidade do sistema. Apple expõe de que maneira a engrenagem social se manifesta, e da relação que as estruturas sociais estão interligados para um só fim que é a manutenção da hegemonia, no entanto essa manutenção causa grandes conflitos sociais gerando um grande espaço para as desigualdades.

Dessa maneira, é importante destacar que,

Os currículos são expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o



sistema educativo num dado momento, enquanto que através deles se realizam os fins da educação no ensino escolarizado por isso, querer reduzir os problemas relevantes do ensino a problemática técnica de instrumentar o currículo supõe uma redução que desconsidera os conflitos de interesses que estão presentes no mesmo. O currículo em seu conteúdo e nas formas através das quais se nos apresenta e se apresenta aos professores e aos alunos, é uma opção historicamente configurada, que se sedimentou dentro de uma determinada drama cultural, política, social e escolar ; está carregado, portanto, de valores e pressupostos que é preciso decifrar. Tarefa a cumprir tanto a partir de um nível de análise político-social quanto a partir do ponto de vista de sua instrumentação “mais técnica”, descobrindo os mecanismos que operam em seu desenvolvimento dentro dos campos escolares. A assepsia científica não cabe neste tema pois no mundo educativo o projeto cultural e de socialização que a escola tem para seus alunos não é neutra. De alguma forma, o currículo reflete o conflito entre interesses dentro de uma sociedade e os valores dominantes que regem os processos educativos. Isso explica o interesse da sociologia moderna e os estudos sobre a educação por um tema que é o campo de operações de diferentes forças sociais, grupos profissionais, filosofias, perspectivas pretensamente científicos,etc[...] A escola em geral, como determinado nível educativo ou tipo de instituição, sobre qualquer modelo de educação, adota uma posição e uma orientação seletiva frente à cultura, que se concretiza precisamente no currículo que transmite precisamente. Sistema educativo serve a certos interesses concretos e ele se refletem no currículo (SACRISTAN,2000 ,p.17).

Dessa forma, Sacristan possui a mesmo posicionamento sobre a construção social e política do currículo, suas interações e relações dentro das estruturas sociais, servindo para a manutenção de uma segregação das classes sociais ao acesso de forma democrática, conforme a justiça social ao conhecimento.

Nesse sentido, o estudo de Apple vislumbra um novo mecanismo com fundamento central da educação que venha de acordo com a justiça social, um currículo que seja para o interesses do desenvolvimento do homem como ser social independentemente da sua classe, uma educação que não seja hegemônica de acordo com a classe dominante, ao contrário que ela emacipe e leve o sujeito a olhar os espaços sociais como verdadeiramente são, que leve o sujeito a compreender o poder que a contracultura possui para contrapor a hegemonia social estabelecida.

Ambos os autores Sacristan(2000) e Apple(1979) defendem uma epistemologia crítica, da construção do currículo, um currículo que vislubre uma libertação do pensamento, um currículo que possibilite à todos independentemente da classe social o amplo desenvolvimento do pensamento técnico, político e social fazendo uma contraposição dos *status quo* estabelecido dentro da currículo tradicional.

No contexto nacional Paulo Freire por sua vez compartilha deste pensamento político pedagógico sobre o processo epistemológico da construção do currículo crítico, em todos os processos de escolarização, principalmente da classe trabalhadora. Nesta perspectiva Paulo Freire que possui características políticas-filosóficas Marxista, salienta no trascorrer da sua obra a relevancia intelectual de um ensino crítico para a classe trabalhadora, visto que à lute

de classes e a hegemonia se constrói através da educação.

É nítido que existe um projeto de sociedade contruída pela sistema capitalista que divide a educação, o acesso, e o amplo desenvolvimento político por classes sociais, classe burguesa e classe trabalhadora que é condicionada pelo endurecimento do currículo tradicional e pelo processo de precarização da escolarização.

Currículo crítico e a Interculturalidade

O currículo como mecanismo de política pública deve ter a expectativa da crítica, uma a perspectiva da construção social e cultural do sujeito sob a sua visão de mundo, favorecendo os diálogos reflexivos e das relações dos saberes sobre as culturas, e o processo de conhecimento reconhecimento das identidades culturais dos povos tradicionais indígenas, possibilitando autonomia nessa construção dialética sob a perspectiva da formação cultural e social do sujeito indígena. Desse modo,

Pesem as diferentes perspectivas e os diversos dualismos, currículo define-se como um projeto, cujo processo de construção e desenvolvimento é interativo e abarca várias dimensões, implicando unidade, continuidade e interdependência entre o que se decide em nível de plano normativo, ou oficial, e em nível de plano real, ou do processo de ensino-aprendizagem. Mais ainda, o currículo é uma prática pedagógica que resultada interação e confluência de várias estruturas (políticas/ administrativas, econômicas culturais, sociais, escolares) na base das quais existem interesses concretos e responsabilidades compartilhadas (PACHECO, 2005, p.37).

Dentro das relações de poder a educação escolar indígena sob a perspectiva do currículo intercultural possibilidade uma equidade dentro das aprendizagens culturais próprias do povo assim como também os conhecimentos sistematizados que não fazem parte da cultura indígena, construindo uma relação dialógica entre os diversos conhecimentos produzidos.

A educação intercultural não pode ser reduzida a algumas situações e/ou atividades realizadas em momentos específicos nem focalizar sua atenção exclusivamente em determinados grupos sociais. Trata-se de um enfoque global que deve afetar todos os atores e todas as dimensões do processo educativo, assim como os diferentes âmbitos em que ele se desenvolve. No que diz respeito à escola, afeta a seleção curricular, a organização escolar, as linguagens, as práticas didáticas, as atividades extraclasse, o papel do/a professor/a, a relação com a comunidade etc. Outro elemento de especial importância refere-se a favorecer processos de “empoderamento”, principalmente orientados aos atores sociais que historicamente tiveram menos poder na sociedade, ou seja, tiveram menores possibilidades de influir nas decisões e nos processos coletivos. O “empoderamento” começa por liberar a possibilidade, o poder, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social. O “empoderamento” tem também uma dimensão coletiva, trabalha com grupos sociais minoritários, discriminados, marginalizados etc., favorecendo sua organização e sua participação ativa na sociedade civil. As ações afirmativas são estratégias orientadas ao “empoderamento”. Tanto as

concebidas no sentido restrito quanto as que se situam num enfoque amplo, desenvolvem estratégias de fortalecimento do poder de grupos marginalizados para que estes possam lutar pela igualdade de condições de vida em sociedades marcadas por mecanismos estruturais de desigualdade e discriminação. Têm no horizonte promover transformações sociais. Nesse sentido, são necessárias para que se corrijam as marcas da discriminação construída ao longo da história. Visam melhores condições de vida para os grupos marginalizados, a superação do racismo, da discriminação de gênero, da discriminação étnica e cultural, assim como das desigualdades sociais. Outro aspecto fundamental é a formação para uma cidadania aberta e interativa, capaz de reconhecer as assimetrias de poder entre os diferentes grupos culturais e de trabalhar os conflitos e promover relações solidárias (CANDAU, 2008, p.54-55).

O currículo intercultural se baseia explicitamente na teoria crítica do currículo que e tem como seu principal autor Michael Apple, que busca levar o currículo a uma discussão política, histórica e ideológica, onde faz uma reflexão sobre essa no currículo e a escola, dentro da perspectiva das relações de poder com que o estado tem com a educação e de que maneira esses aspectos interferem na aprendizagem dos alunos, e como algumas concepções podem influem na vida dos alunos, sendo eles indígenas ou alunos de periferias. Conforme, Gandin.

O discurso educacional, mais especificamente no campo do currículo, estava basicamente centrado em responder a pergunta “como?”, seja qual a melhor forma de “transmitir conhecimentos” ou de criar comportamentos de ajustamentos aos grupos sociais. Michael Apple, então propões que a educação e o currículo deveriam propor outras perguntas: “o que?” e “pra que”. Estas novas perguntas, que não tratam o conhecimento e as práticas escolares como dadas, mas como uma realidade a ser criticamente examinada, representam uma ruptura com uma concepção dominante de currículo, vigente naquele momento histórico (2010, p.30).

Este currículo se configura como o oposto da homogeneização das culturas. O currículo intercultural pretende promover uma reflexão crítica das igualdades e diferenças que os povos tradicionais possuem, pois a relações de poder continuam existindo. O currículo intercultural se constitui perspectiva da interculturalidade, definida por Venere (2001, p.39)

A interculturalidade, que é o intercâmbio positivo e mutuamente enriquecedor entre as culturas das diversas sociedades, deve ser característica básica da escola indígena. Isso significa passar de uma visão estática da educação para uma concepção dinâmica: não se pode somente valorizar ou mesmo ressuscitar conteúdos de culturas antigas; deve-se, pelo contrário, ter em vista o diálogo constante entre elas – a inter-relação, o intercâmbio e as contribuições recíprocas são processos aos quais todas as sociedades são e foram submetidas ao longo de sua história – a fim de que possam desvendar seus mecanismos, suas funções e sua dinâmica.

O Currículo Intercultural se constrói a partir das diferenças culturais que os povos tradicionais indígenas e dos povos não indígenas, sem nenhuma forma de condicionamento entre as culturas envolvidas. Havendo apenas uma relação mútua que proporcione uma

aprendizagem mais ampla sobre as dinâmicas dos conteúdos e matérias didáticos assim como também as formas pedagógicas que este currículo é praticado. Desta maneira o currículo intercultural tem grande importância na educação sob a perspectiva das relações de respeito na relação dinâmica que as culturas têm, principalmente quando o panorama educacional é o Brasil e sua miscigenação histórica.

Referências

APPLE, M. W. Ideologia e Currículo. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

APPLE, M. W. Reestruturação Educativa e Curricular e as agendas neoliberal e neoconservadora: entrevista com Michael Apple. *Currículo sem Fronteiras*, v.1, n.1, p. 5-33, 2001.

CANDAU, Vera Maria. Diferenças culturais, interculturalidade e educação em direitos humanos. *Revista Brasileira de Educação*, v. 13, n. 37, p.45-57, 2008.

CASSIN, Marcos. Louis Althusser e a sua contribuição para a sociologia da educação. *Marxismo e ciências humanas*. São Paulo: Xamã, p. 327-337, 2003.

GANDIN, L. A. Michael Apple: a educação sob a ótica da análise relacional. In: REGO, T. C. (org). *Currículo e Política Educacional*. Vozes: São Paulo, 2011.

GIROUX, Henry A.; BUENO, Daniel. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GOLBSPAN, Ricardo Boklis; GANDIN, Luís Armando. Reproduzindo desigualdades na educação: alunos em escolas desiguais e a qualidade da educação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 17, n. 1, p. 155-170, 2017.

LOPES, Alice Casimiro; ELIZABETH, Macedo. **Teorias de currículo**. Cortez Editora, 2014.

MARQUES, Rafael da Silva. Os aparelhos ideológicos de estado: breves considerações sobre a obra de Louis Althusser. *Revista do Tribunal Regional do Trabalho da Quarta Região*, v. 35, p. 90, 2007.

PACHECO, José Augusto. **Estudos curriculares: para a compreensão crítica da educação**. Porto Editora, 2005.

SACRISTÁN, J. Gimeno; GÓMEZ, A. I. Pérez. **Compreender e transformar o ensino**, v. 4, p. 9-51, 2000.

SACRISTÁN, José Gimeno. A educação que temos, a educação que queremos. **IMBERNÖN, Francisco. A educação no Século XXI**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. VASCONCELOS, Francisco Antônio de. **A dialética em Marx**. Piauí. 2014.

VENERE, Mario Roberto. *Projeto Açaí: uma contribuição à formação dos professores indígenas no Estado de Rondônia*. 2011. 204f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Araraquara, SP, 2011.

TADEU, Tomaz. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Autêntica, 1985.

QUINTANEIRO, Tania; DE OLIVEIRA BARBOSA, Maria Lígia; DE OLIVEIRA, Márcia Gardênia. **Um toque de clássicos: Durkheim, Marx e Weber**. Editora Ufmg, 2001.